

## **Informática, direitos humanos e sociedade: um caminho para a cidadania**

*Informatics, human rights and society: a path for citizenship*

**Horácio Wanderlei Rodrigues<sup>1</sup>**

**Leilane Serratine Grubba<sup>2</sup>**

**Resumo:** Este artigo tem por objeto a informatização da sociedade contemporânea, levando prioritariamente em consideração os seus aspectos políticos. Por meio de um método dedutivo, o texto aborda a informatização como um caminho para aprofundar a cidadania participativa. Em primeiro lugar, busca alertar sobre

- 
- 1 Estágio de Pós-Doutorado em Filosofia na UNISINOS. Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Titular de Teoria do Processo no Departamento de Direito e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1611197174483443>. E-mail: [horaciowr@ccj.ufsc.br](mailto:horaciowr@ccj.ufsc.br)
  - 2 Doutoranda em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina. Mestra em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de Doutorado do CNPq. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Conhecer Direito (NECODI) e do Grupo de Estudos Direito e Literatura (LITERATO). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2294306082879574>. E-mail: [lsgrubba@hotmail.com](mailto:lsgrubba@hotmail.com)

as possíveis consequências, em nível de *saber* e *poder*, desse fenômeno presente em todo o mundo. A crítica recai sobre os gerenciadores das informações, visto que a informática, enquanto instrumento, apenas possibilita ou não uma maior ou menor concentração de saber e poder por parte dos controladores da informação. Sequencialmente, o texto reflete sobre a *internet* como fonte propiciadora de cidadania. Uma vez que o simples acesso à informatização não garante uma inclusão cidadã, torna-se imprescindível a educação (o conhecimento) para a reflexão sobre as notícias a que se tem acesso por meio da informática. Existe, ademais, um elogio aos aspectos positivos da presença da informática nas diversas áreas, visto que ela pode ser utilizada como um espaço público de cidadania, que permite a afirmação de identidades e a luta por bens e necessidades para a vida digna.

**Palavras-chave:** Informática. Internet. Direitos humanos. Poder. Cidadania.

**Abstract:** This article focuses on the informatization of contemporary society, primarily taking into account its political aspects. Through a deductive method, the text deals with computing as a way to deepen the participatory citizenship. First, it seeks to warn about the consequences at the level of *knowledge* and *power*, of this phenomenon present throughout the world. The criticism is directed to managers of information, since the computer, as a tool, not only enables a greater or lesser concentration of knowledge and power by controlling information. Sequentially, the text reflects on the internet as a source of citizenship pledge. Once the simple access to information technology does not guarantee a citizen inclusion, it is essential to education (knowledge) to reflect on the news that you have

access through the computer. There is moreover a positive compliment to the presence of computers in different areas, as it can be used as a public space of citizenship, which allows the assertion of identity and struggle for goods and necessities for a dignified life.

**Key-words:** Informatics. Internet. Human rights. Power. Citizenship.

## 1. Introdução

Este artigo tem por objeto uma breve abordagem sobre a questão da informatização da sociedade contemporânea, levando em consideração, prioritariamente, os seus aspectos políticos. Com isso, visa refletir sobre a informatização como um caminho para aprofundar a cidadania ativa e participativa.

Em primeiro lugar, o texto busca alertar sobre algumas possíveis consequências, em nível de *saber e poder*, desse fenômeno presente, em maior ou menor grau, em todo o mundo de hoje; o seu tom talvez pareça bastante pessimista. Isso porque há que se considerar que o acesso à informatização, por si só, não garante uma inclusão cidadã, uma vez que é imprescindível a educação (o conhecimento) para a reflexão sobre as notícias a que se tem acesso por meio da informática.

No entanto, em segundo lugar, com o tipo de análise aqui efetuada, não se quer negar os aspectos positivos da presença da informática e do computador em muitas atividades e nas mais diversas áreas. O que se deseja é ressaltar, preferencialmente, algumas possibilidades negativas de sua utilização política.

A premissa básica das colocações aqui expressas é a de que a informática é apenas um instrumento e, portanto, os atos decisórios sempre são e serão humanos. Isso desloca,

ao menos em parte, a crítica. O seu objeto passa a ser, em primeiro plano, os gerenciadores das informações. Os instrumentos são analisados na medida em que possibilitam ou não uma maior ou menor concentração de saber e poder por parte dos controladores da informação. Daí a fundamental importância de a informática estar aliada ao conhecimento para caracterizar-se como um caminho à cidadania.

## 2. A questão da informática e o controle via saber

A questão da informática é bastante complexa. Suas relações cada vez maiores com todas as atividades cotidianas, bem como a sua penetração nos mais diversos campos do conhecimento e da técnica, fazem dela um dos mais instigantes e importantes objetos de análise contemporânea. Notadamente quando aliada à *internet*, a informática é o maior meio de aproximação de distâncias do globo terrestre, isto é, permite a rápida comunicação humana e divulgação de informações ao tempo de segundos, ou ao tempo de um *click*.

Daí que acontecimentos que antes seriam considerados isolados, hoje em dia são sentidos em todas as partes do mundo, tal como ocorre com os acontecimentos climáticos, os de fundo econômico, assim como os da esfera política etc. Por exemplo: uma única notícia de cunho econômico, virtual, em questão de segundos – ou de *clicks* informáticos –, detém o condão de desencadear toda uma revolução financeira nos mercados internacionais e bolsas de valores.

A teia constituída pelos diversos sistemas informatizados perpassa diariamente a vida da grande maioria dos indivíduos. Desde o horóscopo até o controle de conta bancária, tudo é feito, direta ou indiretamente, com a participação crescente da informática, principalmente através de seu grande agente: o computador.

Para que possamos captar os efeitos – positivos e/ou negativos – que advêm dessa situação que a muitos parece irreversível, deve-se buscar uma soma de esforços que permita analisar o fenômeno em todos os seus níveis e implicações. O debate tem de ser, necessariamente, interdisciplinar. A interdisciplinaridade é o instrumento que permitirá apreender, da forma mais clara possível, as várias consequências da informatização da sociedade, sejam elas políticas, econômicas, sociais, culturais, jurídicas, educacionais ou outras quaisquer.

Em uma sociedade complexa, todas as situações também o são. E como tais, exigem análises detalhadas e aprofundadas. Tem-se consciência hoje da interdependência dos vários campos do saber. Não há uma só área do conhecimento que seja autossuficiente. No caso específico da informática, isso é ainda mais evidente e pode ser sentido pela sua presença constante nas mais diversas atividades.

Apenas com uma análise interdisciplinar será possível descortinar muitos dos lugares hoje ainda obscuros em relação à validade ou não da informatização. De um lado temos os sonhos da sociedade perfeita. De outro, os pesadelos de Huxley<sup>3</sup> e Orwell.<sup>4</sup> É preciso antecipar-se ao futuro através de um estudo sério sobre essa temática, que leve em consideração os mais variados saberes produzidos pela humanidade.

Ora, a incidência das inovações tecnológicas sobre o saber é um item de análise que deve merecer atenção especial. Segundo Lyotard,<sup>5</sup> o saber é ou será afetado pela informatização da sociedade, em suas duas funções principais: a pesquisa e a transmissão de conhecimentos. Considera ele que nessa transformação pela qual passa o mundo contemporâneo – a transição da modernidade para a pós-modernidade

---

3 HUXLEY, 1980.

4 ORWELL, 1986.

5 LYOTARD, 1986.

– a natureza do saber não permanecerá intacta. Para que este possa submeter-se aos novos canais – principalmente o computador – e tornar-se operacional, o conhecimento terá de poder ser traduzido em quantidades de informações e em linguagem de máquina. Quer dizer, todo o saber que não for traduzível será abandonado. Ao lado disso, as novas pesquisas terão de se submeter à condição de tradutibilidade de seus resultados.

A principal consequência disso é e será a transformação do conhecimento em mercadoria. Ele passará a ser produzido para ser vendido, comprado e consumido. O saber ocupará o lugar singular de principal objeto e principal força de produção. Como resultado desse fenômeno, os critérios de decisão para a divulgação dos saberes deixarão de ser seus valores formativos e/ou sua importância política. O critério de apreciação do conhecimento passará a ser, mais do que nunca, econômico.

A pesquisa e a transmissão de conhecimentos serão vinculados aos interesses dos detentores do poder. E os detentores do poder serão aqueles que controlarem as informações. Em uma sociedade informatizada, quem detém o controle da informação detém todo o controle. Ele permite o controle dos indivíduos e da comunidade. Podemos dizer que a centralização das informações aliada ao controle da produção e divulgação do conhecimento possibilita a construção de um mundo totalitário.

Os sonhos e os desejos não são elementos informatizáveis. Portanto, serão descartados na sociedade pós-moderna. E com eles talvez sejam sepultadas também a liberdade e a democracia. Não haverá lugar para utopias em um mundo em que apenas sobreviverão os saberes traduzíveis em quantidade e em linguagens de máquinas. Com o tratamento computadorizado do conhecimento e da informação, é pro-

vável que se passe a lidar exclusivamente com signos. Se isso ocorrer, os seres humanos de carne e osso serão totalmente esquecidos e transformados em números. O homem, como o conhecimento, para existir terá de possuir condição de tradutibilidade.

### 3. Informática, poder e democracia

A informação, no mundo contemporâneo, é a maior fonte de poder, já que esse, antes de ser exercido como meio coercitivo, é simbólico e se exerce pelo controle da informação, quer dizer, do pensamento, ocasionando uma alienação.<sup>6</sup> Daí que, com a tecnologia como aliada, o controle da informação passa a representar uma arma poderosa e que possibilita o domínio sobre a sociedade.

O computador é o instrumento que permite a concentração de informações. Consequentemente, por meio dele se concentra poder. Mas apenas o instrumento não seria suficiente para o exercício desse poder. Ao lado dele encontra-se um aspecto simbólico de valor imprescindível: a tecnociência como ideologia contemporânea, aliada à *internet*, o meio utilizado para a divulgação das informações.

Sob o prisma do poder, a informática pode ser vista como um elemento que permite o controle dos indivíduos e da sociedade. Essa afirmação possui três pressupostos básicos: (a) a sua grande capacidade de concentração de informações; (b) a alta velocidade com que essas informações podem ser programadas, modificadas, corrigidas e atualizadas; e (c) a forma com que as informações podem ser

---

6 Alienação deve ser entendida, neste artigo, como um símbolo para designar o ato de alienar as ações, em razão do controle simbólico da capacidade de reflexão sobre a materialidade do mundo. Trata-se, por conseguinte, de um controle da capacidade de *ser* cidadão ativo e participativo.

divulgadas para a massa das sociedades contemporâneas, visto que informação não implica conhecimento, tampouco reflexão crítica e posicionamento.

A grande questão a ser analisada nesse contexto é que embora a informação seja hoje – mais do que em qualquer outro momento da história – a principal fonte de poder, não é ela, necessariamente, fonte da verdade, ainda que implique na possibilidade de produção ideológica de determinadas versões da realidade e de imposição destas como verdadeiras.

Assim, são principalmente duas as consequências práticas que podem ser geradas pela posse e controle de grande quantidade de informação tida como verdadeira: (a) o controle sobre o contexto, fazendo com que as informações se sustentem antes retoricamente do que materialmente, além do fato de que a capacidade de suprimir o contexto das informações faz com que aparentemente elas sejam universais ou possam ser universalizadas para qualquer contexto; e (b) o aumento da performance, do desempenho. Os computadores cada vez mais avançados não descobrem ou produzem novas verdades, mas possibilitam o controle e ampliam a performatividade.

Nesse sentido, a informatização das sociedades gera o controle e a regulamentação do desempenho. E a programação da vida, do consumo e da produção projeta o comportamento individual e social a partir de informações prévias. O que parece estar ocorrendo através das redes informatizadas que vem a cada dia se ampliando no mundo contemporâneo é um crescente aumento do controle difuso da sociedade: a implantação de um controle social invisível.

O computador, como ponto centralizador de informações, pode controlar com um elevado grau de eficiência. E o controle por ele exercido é difuso, quase invisível e im-

perceptível. Dessa forma, não produz violência aparente. A dominação que ele possibilita é encoberta, o que a torna mais cínica e eficiente. De certa forma, podemos considerar o computador como o *panopticon* contemporâneo.<sup>7</sup>

Outro aspecto fundamental no debate da questão da informática é que ela não vem sendo considerada uma variável política. Normalmente ela é vista como algo bom em si mesmo. A sua supervalorização a transforma muitas vezes em objeto de culto. Esquece-se que a máquina – o computador – não passa de um instrumento. O ponto básico é o que se faz com ele. E esse é um tema político, não técnico como querem fazer crer os magos da tecnociência.

A questão da democratização da informação e consequentemente do poder via informática possui um elemento adicional de dificuldade: o fato de que para poder desconcentrar a informação é necessário antes concentrá-la. Com isso a democratização não decorrerá de uma opção técnica, mas sim de uma decisão política. A posse da tecnologia sem vontade política é um instrumento sem operador.

Não é o fato de possuir tecnologia que define os níveis de democracia de dada sociedade, mas sim os níveis de consenso e conflito existentes em seu interior. É o atraso político e não a ausência tecnológica que produz os autoritarismos e totalitarismos. A posse da tecnologia – e dos sistemas informatizados – apenas amplia grandemente as possibilidades de controle por parte das ditaduras e, talvez, de descentralização por parte das democracias.

Isso implica afirmamos que, para que a informação possa propiciar a cidadania, ela deve se referir a fatos, vincular-se a um contexto real. Além disso, a informação, por si só, não é mais do que uma célula amorfa. É necessário que antes as pessoas detenham o conhecimento necessário

---

7 Sobre o *panopticon*, cf. FOUCAULT, 1983.

para interpretar e refletir sobre a informação veiculada. Nesse ponto, por conseguinte, reside a grande crítica à universalização do acesso à informação via informática quando não acompanhada de uma efetiva universalização do próprio conhecimento das pessoas. Sem esse conhecimento e a capacidade de reflexão, a informação nunca poderá ser considerada verdadeiramente democrática, nem tampouco poderá implicar cidadania.

Contudo, consideremos a informática como herdeira do imaginário racionalista da sociedade ocidental.<sup>8</sup> Uma sociedade totalmente informatizada será programada, previsível e, portanto, racional: melhor seria dizermos *racionalizada*. Nesse contexto, a informática e suas linguagens são uma lógica que ultrapassa em muito a simples técnica. A tecnociência tem um papel fundamental nisso, na medida em que ocupa o espaço simbólico necessário à sua sustentação ideológica.

Dessa vinculação da informática com a racionalidade advêm alguns aspectos importantes e que merecem reflexão. Um deles é o fato de que sempre que uma atividade voltada para o conhecimento humano for desenvolvida em uma ordem lógica pré-fixada, poder-se-á programar um computador para executá-la da mesma forma. Ou seja, um computador pode operar de uma determinada forma se programado logicamente para tanto. Mas o programa é o seu limite. E essa é a diferença fundamental, radical e definitiva em relação ao ser humano. Este é criativo e pode adotar novos padrões de comportamento que não obedeçam a uma ordem lógica pré-determinada. Isso nos deixa frente a uma grande indagação: até onde se pode identificar como inteligente o desempenho de uma máquina, por mais avançada que ela seja?

---

8 BENAKOUCHE, 1985, pp. 7-18.

Na cibernética, um algoritmo é uma receita que, se aplicada, conduz à solução de determinada questão. O computador, em tese, é uma máquina que está capacitada para resolver qualquer problema que seja algoritmizável. Mas será que todos os problemas o são?

Segundo Alvin Júnior, o computador mimetiza o homem, mas esse processo possui um limite: a criatividade, última fortaleza na qual se refugia o humano e o cultural. Limite este que o transforma em uma ameaça, pois gera a homogeneização esterilizante e rígida que, regra geral, não permite a dinamicidade necessária ao pleno entendimento da dialética social.

Os recursos informáticos são basicamente racionais. E como instrumentos dependem logicamente da racionalidade a serviço da qual são colocados. Ou seja, a democratização da informação e/ou via informação está vinculada à lógica social sobre a qual sua atividade estiver estabelecida.

Em outras palavras: o computador não pode substituir o homem e nem construir o paraíso na terra, como muitos acreditam, pelo simples fato de que não possui autonomia e criatividade. O ser humano sim pode ser autônomo, criativo e até ilógico. Isso faz da informática e de seus acessórios meros instrumentos, como tais limitados – bons ou maus, dependendo do fato de estarem a serviço da democracia ou da dominação. Estas são invenções do homem e nenhuma máquina pode modificar sem a necessária participação da vontade humana.

#### **4. *Internet* e conhecimento para a cidadania**

As redes de comunicação modernas, nas quais se enquadra a informática e, mais importante, a *internet*, por certo que cumpriram avanços consideráveis, essencialmente

no que tange às explosões de atividades de redes de movimentos sociais rumo à cidadania, ao permitir e intensificar a permeabilidade das fronteiras nacionais, aproximando localidades distantes geográfica e culturalmente.

Assim, os avanços das redes de informação apresentam inúmeros aspectos positivos, como as possibilidades de maior movimento de ideias, de aprendizados, de valores etc.<sup>9</sup> Além disso, acrescenta-se a tendência à capacitação, permitindo o fortalecimento de aptidões às escolhas informadas e responsáveis, conforme se depreende do Relatório de 2010 das Nações Unidas:

A revolução tecnológica, em conjunto com a globalização, transformou a paisagem política. A proliferação de telemóveis e da televisão por satélite, aliada ao alargamento do acesso à *internet*, aumentou largamente a disponibilidade de informação e a capacidade de expressão de opiniões. A utilização destas tecnologias é bastante elevada nos países desenvolvidos – em 2008, 70% das pessoas utilizavam a Internet e as assinaturas de telemóveis ascendiam ao valor de 1,5 *per capita* –, mas ainda baixa nos países com um baixo IDH [...]. No entanto, o crescimento ao longo da década passada tem sido impressionante: nos países com um baixo IDH, a utilização da *internet* cresceu mais de 4000% e a proporção de pessoas com assinaturas de serviços de telefone perto de 3500%.<sup>10</sup>

Contudo, o que não pode ser silenciado é que a universalização do acesso à informática ou à *internet*, como meio de informação, não detém a capacidade, por si só, de potencializar o fortalecimento dessas aptidões às escolhas informadas e responsáveis. Isso quer dizer que o simples acesso à informação não importa em conhecimento e reflexão. É necessário que haja o próprio conhecimento para que possa existir uma reflexão acerca da informação e, conseqüentemente, para que se gere um novo conhecimento responsável.

9 SÁNCHEZ RUBIO, 2010.

10 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010, p. 6 e 71.

Conforme delineamos, a informática e a *internet* são utilizadas muitas vezes como o meio apto à alienação, ou seja, para o monopólio de informações. Informações estas que, utilizadas como forma de poder, costumam ser subtraídas dos seus contextos reais de formação, tornando-se abstrações da realidade.

Existe, na realidade, uma superposição de problemas de cunho político, jurídico, econômico, ético etc. Aqui não nos referimos somente ao acesso à *internet*, mas também ao controle dos custos do acesso e da divulgação das informações, da ausência de controle efetivo da validade das informações, das fraudes e das falsificações, dos desvios publicitários etc. Aí se justifica o que falamos a respeito da necessidade de um conhecimento prévio para a reflexão sobre as informações veiculadas por essa mídia.

Além disso, se a universalização do acesso à *informação* não é acompanhada de uma efetiva universalização do *conhecimento*, não podemos crer que haja uma responsabilidade para com as informações disponíveis na *internet*, isto é, sem o conhecimento para a reflexão, a possibilidade de formar uma opinião e defender um ponto de vista, essas informações não são destinadas ao exercício pleno e ativo da cidadania democrática.

Nesse sentido, Perrenoud<sup>11</sup> afirmou que a *internet* cumpre o papel de modificação na escala dos fenômenos, tanto nas áreas científicas, por exemplo, quanto na esfera política. Ou não é verdade que grande parte dos candidatos aos diversos cargos em eleição dispõe de sítios na *web*? Todavia, o efeito político mais interessante se refere ao acesso desigual às informações e ao domínio desigual do seu sentido e das suas implicações.

---

11 PERRENOUD, 2005, p. 13.

É certo que todos aprenderão a navegar na *web*. A desigualdade não está no acesso à ferramenta, mas na complexidade do que se tem acesso por meio dela, geralmente de maneira desordenada. Quer dizer:

Potencialmente, todos têm acesso às informações estratégicas que se encontram na *internet*; porém, elas são reservadas não apenas aos que sabem ler, comparar, registrar, encontrar informações, mas também aos que dispõem dos saberes necessários para julgar sua confiabilidade e sua pertinência, para fazer melhor uso dela. Não basta colocar cada aluno diante de um computador conectado à *web* para que se restabeleça a igualdade dos cidadãos. A *internet* é um excelente indicador das desigualdades intelectuais mais clássicas, além de um agravante de suas consequências.<sup>12</sup>

Daí que quando falamos de um conhecimento *para a cidadania* nos referimos à concepção de cidadania em duas dimensões relacionadas. A cidadania pode ser entendida como uma condição legal, ou seja, o reconhecimento do pertencimento de um sujeito à comunidade política que lhe confere e lhe garante direitos. Para nós, a noção de cidadania vai mais além dessa concepção estritamente formal, que representa uma equivalência à noção de nacionalidade. Ela também se configura como a atividade desejável, quer dizer, os deveres e direitos que os sujeitos assumem no espaço público da sociedade.<sup>13</sup>

Em sua acepção mais ampla, a cidadania é a possibilidade de ser humano de maneira integral, na vida privada e íntima, mas igualmente na vida pública, por meio da participação ativa: o exercício pleno da democracia.

Pois bem, Heller e Fehér<sup>14</sup> consideram que nos Estados Democráticos modernos, todos os seus membros adultos

---

12 PERRENOUD, 2005, p. 13.

13 KYMLICKA; NORMAN, 1997.

14 HELLER; FEHÉR, 2002, pp. 115-116.

revestem-se do atributo da cidadania, apesar de poucos manterem uma relação<sup>15</sup> prática individual com as normas, as regras, as ações e as decisões da esfera pública (política), ou seja, participarem de modo ativo dessa esfera. Quer dizer, o princípio democrático da participação ativa dos cidadãos na esfera pública na qual se manifesta a vida humana, isto é, as instituições políticas.

Assim, sinteticamente, a atividade política (cidadania) se distingue da atividade na vida privada em razão de que as ações políticas se vinculam necessariamente ao fato de as pessoas agirem na condição de cidadãos, por exemplo, quando atuam em organizações políticas, quando traduzem reivindicações populares (privadas) em públicas, tornando-se delas porta-vozes, assim como quando mobilizam uma parcela do corpo social para reivindicações sociais ou privadas, mas por meio de ideias políticas de direitos e deveres ou de normas democráticas.

Percebemos que, em um sentido cidadão, a informática e a *internet* são utilizadas para pesquisa, mas igualmente para a troca de informações da atualidade, visando propiciar a reflexão sobre o conhecimento angariado, de modo a permitir

---

15 Essa relação não implica qualquer relação, a exemplo de um cientista público que mantém uma relação de cunho teórico e não prático com a esfera pública (política). Assim, ele observa, mas não participa ativamente. E participar ativamente da esfera política não implica ser, necessariamente, um profissional da política, já que qualquer “[...] que seja a profissão ou vocação de uma pessoa, em qualquer esfera que ele/ela seja ativo(a), todos os membros de um corpo político democrático também podem se relacionar na prática com a esfera política. Na verdade, é importante que todo cidadão aprenda a não confundir umas com as outras as normas e regras específicas das esferas” (HELLER; FEHÉR, 2002, p. 116). Além disso, parte-se do pressuposto de que quanto maior a experiência de vida das pessoas que não detém a política como *profissão*, maior a probabilidade de se criarem normas mais justas socialmente.

o posicionamento de ideias e de ações na esfera pública, ou seja, na esfera da cidadania.

Exemplo disso é a utilização dessa mídia por escolas, universidades e professores, que podem indicar um sítio específico para consulta didática, além de divulgar informações por meio de sítios ou *blogs*, bem como a criação de espaços de debate virtual (*salas de bate-bate*) para alunos e professores vinculados ao conteúdo ministrado em sala de aula e voltados para a potencialização da cidadania.

Quando utilizada com responsabilidade cidadã, trata-se de uma ótima ferramenta para a democracia participativa e para a luta e a afirmação da dignidade humana. Mais do que isso, os debates e discussões em rede permitem não só o acesso, mas igualmente a utilização das informações para a geração de novos conhecimentos.

Ou seja, a própria *internet* pode ser utilizada como um espaço público de cidadania, que permite a afirmação de identidades e de luta por bens e necessidades materiais e imateriais para a vida digna.

Por conseguinte, a democracia, modernamente, não reside apenas no espaço público material, mas igualmente no espaço público abstrato e imaterial da *internet*, o qual, ainda assim, se relaciona concretamente com a materialidade – problemas, reivindicações e soluções – da vida humana em sociedade. Não se trata de se atribuir inteligência à máquina artificial, mas aos humanos que manipulam a informações de modo responsável e por meio dessas máquinas.

Nesse sentido é que falamos de uma utilização da informação divulgada na *internet* como meio para o conhecimento, para a democracia e para a cidadania. Isso porque a noção de ética da cidadania – participação ativa no âmbito público (político) do comum – pressupõe um elogio aos valores da *vida* e da *liberdade*, em sua interpretação mais

universal, que é *igual liberdade para todos e iguais oportunidades de vida para todos*.<sup>16</sup>

Além disso, existe uma vinculação entre ambos os valores com o valor da *igualdade*, visto que a ética da cidadania pressupõe uma participação na vida pública, que é o comum a todos em uma sociedade: o que é partilhado em comum. E para tanto, também é necessário o valor da *racionalidade da comunicação*, visando alcançar os três valores anteriormente mencionados.

## 5. Considerações finais

A informatização da sociedade é vista pela grande maioria dos especialistas na área como uma realidade irreversível. A desativação, hoje, de todas as redes de computadores existentes paralisaria quase que totalmente o mundo. Todos os sistemas vitais para a existência da sociedade contemporânea, tal como ela é concebida – energético, comunicações, financeiro, apenas para citar alguns exemplos – têm sua estrutura assentada na informática e seu funcionamento é inviável sem esta.

Esse fato demonstra bem a capacidade de controle social que é propiciado pelas modernas tecnologias a aqueles que detêm ou podem vir a possuir o monopólio decisório sobre quais informações é permitido produzir, armazenar e divulgar e quais não o são.

A possibilidade de centralização do saber e, portanto, do poder, atingiu, com a informática, o seu ponto máximo na história da humanidade. Esse fato transforma a informação na principal fonte de poder. A grande luta política contemporânea passa a ser, então, a luta pelo controle da informação.

---

16 HELLER; FEHÉR, 2002.

Diante desse horizonte sombrio resta saber se é possível reverter o quadro vigente. A primeira forma de fazê-lo seria destruir as grandes redes de informações existentes e impedir a construção de outras. Tecnicamente, pelo menos a curto e médio prazo, isso é inviável. A segunda solução é o desenvolvimento de uma consciência crítica por parte de toda a sociedade e que inviabilize as tentativas de centralização das decisões. É necessária uma vontade política coletiva. Resta saber se a humanidade tem condições efetivas de superar o atraso político em que se encontra.

Além disso, a universalização do acesso à informática ou à *internet* como meio de informação não detém a capacidade, por si só, de potencializar o fortalecimento dessas aptidões às escolhas informadas e responsáveis.

Ou seja, o simples acesso à informação não importa em conhecimento e reflexão. É necessário que haja o próprio conhecimento para que possa existir uma reflexão acerca da informação e, conseqüentemente, para que se gere um novo conhecimento responsável.

Quando utilizada com responsabilidade cidadã, a *internet* é uma ótima ferramenta para a democracia participativa e para a luta e afirmação da dignidade humana. Mais do que isso, os debates e discussões em rede permitem não só o acesso, mas igualmente a utilização das informações para a geração de novos conhecimentos.

Nesse sentido, a própria *internet* pode ser utilizada como um espaço público de cidadania, que permite a afirmação de identidades e a luta por bens e necessidades materiais e imateriais para a vida digna.

Assim, a democracia moderna, além de se situar no espaço público material, também pode residir no espaço público abstrato e imaterial da *internet*, o qual, ainda assim, se relaciona concretamente com a materialidade – problemas, reivindicações e soluções – da vida humana em sociedade.

Dessa forma, poderemos buscar concretizar a cidadania em sua acepção mais ampla, que é a possibilidade de ser humano de maneira integral, na vida privada e íntima, mas igualmente na vida pública, por meio da participação ativa, ou seja, o exercício pleno da democracia. Pressupomos, para tanto, a relação da cidadania ativa, participativa e democrática com os valores da vida e da liberdade em sua interpretação mais universal, que é *igual liberdade para todos e iguais oportunidades de vida para todos*. Aqui existe uma vinculação com o valor da *igualdade*, visto que a ética da cidadania pressupõe uma participação na vida pública, que é o que é comum a todos em uma sociedade, o que é partilhado em comum. E para tanto também é necessário o valor da *racionalidade da comunicação* no debate público, que modernamente pode ocorrer via *internet*.

## Referências

BENAKOUCHE, Rabah (org.). *A informática e o Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BENNATON, Jocelyn. *O que é cibernética*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CAMPOS, Roberto. A informática no planejamento estratégico. In: *Política e Estratégia*, Convívio, II (3), pp. 416-422, jul. / set. 1984.

CARMO, João Clodomiro do. *O que é informática*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DECHERT, Charles R. *O impacto social da cibernética*. Trad. Adilson Alkmin Cunha. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Trad. Ligia Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1983.

HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. *A condição política pós-moderna*. 2. ed. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. Trad. Felisberto Albuquerque. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KYMLICKA, Will; NORMAN, Wayen. El retorno del ciudadano: una revisión de la producción reciente em teoría de la ciudadanía. In: *La Política: Revista de Estudios Sobre el Estado y la Sociedad*, n. 3, out. 1997.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Trad. Ricardo Correia Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Relatório de desenvolvimento humano 2010*. A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2010\\_PT\\_Complete\\_reprint.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2011.

ORWELL, George. 1984. 20. ed. Trad. Wilson Velloso. São Paulo: Nacional, 1986.

PERRENOUD, Philippe. *Escola e cidadania: o papel da escola na formação para a democracia*. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PROENÇA JÚNIOR; Domício. Informática e indústria bélica. In: *Política e Estratégia*, Convívio, III (3): pp. 481-494, jul. / set. 1985.

SÁNCHEZ RUBIO, David. Desafios da contemporaneidade do direito: diversidade, complexidade e direitos humanos. In: *XIX Congresso Nacional do CONPEDI*. Florianópolis, palestra do dia 13 out. 2010.

SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é pós-moderno*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SOARES, Ângelo dos Santos. *O que é informática*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

---

*Recebido em 31/07/2012.*

*Aprovado em 20/08/2012*

